

A COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU:
OS PROJECTOS DE APOIO À REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA
(RSS)

INTRODUÇÃO

No decorrer da luta de libertação armada, os militantes do PAIGC, serviram de soldados para a libertação do território nacional, que mais tarde acabaram por se transformarem nas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Razão pela qual sempre as FA conservaram uma característica política. Após a revisão constitucional de 1991, quando o país se preparara para aderir ao processo democrático pluralista, as FARP deixaram de constituir o braço armado do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), para se transformarem nas forças armadas republicanas.

Este facto aliado à ausência de uma política de superação literária dos antigos guerrilheiros, a deterioração do trabalho político-ideológico, as injustiças na promoção e atribuição de patentes e o trabalho técnico-organizativo da sua estrutura, a forma desorganizada como foi realizada a reforma compulsiva dos antigos combatentes, vai permitir a instalação de um clima permanente de mal-estar no seio das FA e da classe castrense em geral.

Perante esta funesta situação, apresenta-se como de capital importância e inadiável levar a bom cabo a Reforma no Sector da Defesa e Segurança (RSDS), na medida em que estas reformas são consideradas como condição *sine qua non* para a consolidação da paz duradoura e do desenvolvimento económico e social da RGB. Foi nesta óptica, que a Comunidade Internacional (CI) e as organizações regionais não têm poupado esforços com vista a encontrar soluções eficazes e duradouras para a construção da paz e segurança na RGB.

A UE no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) actualmente Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), e mais tarde a República de Angola através da Missão Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), tentaram a nível da Cooperação multilateral e bilateral apoiar a reforma do sector de segurança na Guiné-Bissau, que acabou por ter impactos menos esperados, devido aos constantes levantamentos militares que se têm repetido com muita frequência naquele país da Costa Ocidental de África.

Para além da UE e Angola, têm sido vários os parceiros que vêm prestando assistência ao Governo da RGB no Sector da Defesa e Segurança, nomeadamente: **a nível bilateral:** o Brasil, o Portugal, a França, a Espanha, a China, a Alemanha e o Japão; **a nível multilateral:** a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Escritório das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNOGBIS) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Apesar de todo o acompanhamento da RGB e dos seus parceiros, mormente da União Europeia e da República de Angola, estas missões acabaram por não atingirem os seus objectivos. Assim, a pergunta que se coloca à partida é: **O que esteve por detrás dos sucessivos falhanços de projectos de apoio à Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau?**

O que motivou a escolha deste tema “O que esteve por detrás dos sucessivos falhanços de projectos de apoio à Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau” deve-se ao facto de ser um dos sectores mais intempestivos e difíceis de se profissionalizar na Guiné-Bissau.

HISTORIAL DAS FORÇAS ARMADAS DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A SUA EVOLUÇÃO

A constante resistência das Forças Armadas da Guiné-Bissau ao controlo democrático legítimo do Estado está ligada a factores herdados da luta de libertação nacional e das orientações seguidas nos primeiros anos da independência.

O povo da RGB sempre resistiu à colonização e foram levadas a cabo acções violentas de resistência para a conquista da sua independência. Daí que, ao nosso ver, isso criou nos guineenses um espírito de revolta e uma agressividade *matchundadi*¹, procurando soluções violentas e inconsequentes para a resolução de qualquer tipo de conflito, fosse ele de natureza política ou social.

Acontece que a organização da luta armada contou com a presença de uma estrutura unitária nacional, onde se conseguiu congrega massivamente todas as componentes da sociedade guineense, desde a componente urbana até no meio rural para travar uma luta de guerrilha, contando com o apoio de camponeses armados e pequenas lideranças para perpetuarem ataques e sabotagens em diferentes pontos estratégicos ocupados pelos portugueses. Decorrente desta situação, foi criado assim o Movimento de Libertação Nacional (MLN).

¹ Matchundadi - provém da língua crioula da Guiné-Bissau, que significa em Língua Portuguesa – valente, bravo, corajoso, destemido.

Antes da proclamação do Estado, foi assassinado o principal arquiteto e dirigente da LALN, Amílcar Cabral, que era o principal produtor de ideias e que tinha o projeto de estruturar e montar todas as componentes necessárias para o seu funcionamento efetivo, tais como, a Assembleia Nacional Popular (ANP), a formação do governo, a adopção de uma Constituição para o novo Estado a ser criado. Portanto, o sistema de organização política e económica criado na Luta persistiu até 1986, quando finalmente foi introduzida a liberalização económica e consignada maior liberdade aos guineenses.

No ínterim, pode-se dizer que o golpe de Estado perpetrado em 14 de Novembro de 1980 desestruturou o Estado. Isto fez com que o Estado não tenha tido a capacidade de organizar as FA e, por conseguinte, as FA continuam cada vez mais a solidificar a ideia do papel que vinham desempenhando como o braço armado do partido único, tendo na sua consciência de que foram elas que lutaram para a independência, por isso têm a responsabilidade histórica de decidir o rumo que o país deve seguir. Mais agravante foi decapitada a direcção histórica da luta armada.

A MISSÃO DA UE/RSS NA GUINÉ-BISSAU E OS ESTRANGULAMENTOS NA REFORMA DO SECTOR DA DEFESA E SEGURANÇA NA GUINÉ-BISSAU

Na cimeira UE-África sobre a “Parceria Estratégica UE-África”, decorrida em Lisboa, foi definida como prioridade a promoção da paz, da segurança e da estabilidade, como sendo áreas estratégicas da cooperação. Em Dezembro de 2007, o Conselho da UE, decidiu, em Fevereiro de 2008, apoiar a RSS na RGB no quadro da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), tendo como bitola o documento da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)².

Antes de 1 de Abril de 2010, a RGB vivia uma estabilidade política fictícia. Assim, da primeira vez em que a missão da UE/RSS esteve no terreno, não se apercebeu da real situação do país, elegendo como principal interlocutor os órgãos de soberania, sobretudo o actor chave – a classe castrense –, ignorando outros actores activos, como os políticos e a sociedade civil, enquanto motor vivo da Democracia, dois pólos com interesses antagónicos.

² OCDE/CAD (2004) Security System Reform and Governance: Policy and Good Practice 2004. Paris: OCDE

Devido aos acontecimentos de 1 Abril, a UE pressionou às autoridades guineenses para levassem à justiça os responsáveis desse alvoroço.

Porém, as exigências da UE não puderam ser consideradas, pelo simples facto de que quem na realidade detinha, e ainda detém, o poder são os militares. Era praticamente impossível cumprir com as exigências sob pena de os militares inverterem a ordem constitucional, uma vez ameaçados. Não havendo outra hipótese, António Indjai, principal responsável pelos acontecimentos do 1 de Abril, foi designado CEMGFA, enquanto Bubo Na Tchuto foi reconduzido ao cargo do CEMA, ambos suspeitos de tráfico internacional de drogas. Esta nomeação teve uma forte contestação da UE, bem como dos EUA. Segundo o Secretário-geral Adjunto das Nações Unidas da Comissão Económica para África, Carlos Lopes, disse que *“num Estado moderno e contemporâneo, não é permitido que militares sejam quem dita as regras públicas. Os militares têm um papel muito importante a desempenhar, no entanto, extravasam o que devem fazer na Guiné-Bissau”*³.

Perante o caos instalado pelos militares, de não se submeterem ao poder político, a 30 de Setembro de 2010, a missão UE/RSS decidiu pôr término ao processo de RSS em curso, alegando que a instabilidade política e a falta de respeito pelo primado da lei no país impossibilitaria a missão de prosseguir o seu trabalho, como estava inicialmente previsto, sem comprometer os seus próprios princípios.

É de frisar que, à excepção do falecido General Veríssimo Correia Seabra, após o conflito político-militar, todos os chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas, se autonomearam ou na sequência do assassinato dos seus antecessores ou por via do golpe de Estado, com ou sem o consentimento do Presidente da República, enquanto Comandante e Chefe das Forças Armadas.

³ <http://ditaduradoconsenso.blogspot.pt/2012/09/carlos-lopes-militares-nao-devem-ditar.html>

MISSANG: BODE EXPIATÓRIO DOS JOGOS GEOPOLÍTICOS E GEOESTRATÉGICOS OU IMPULSIONADOR DO GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012.

Após o golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, a RGB não foi exceção na dualidade de critérios dos jogos geopolíticos e geoestratégicos entre organizações sub-regionais.

Presentemente a disputa geopolítica ganhou um novo ímpeto envolvendo por um lado, Angola (CPLP) e por outro, a Nigéria, a Costa do Marfim e Burkina-Faso (CEDEAO), na assunção da resolução do último golpe de Estado na RGB. Estas rivalidades tornaram-se notórias, depois de este país ter iniciado e assinado vários protocolos de cooperação com o Governo da RGB, que conduz os projetos de grande porte, capaz de alavancar o país e de permitir competir com os vizinhos da Costa Ocidental da Africa.

O anúncio dos projectos faraónicos por Angola na Guiné-Bissau fez suscitar o reforço da presença pouco visível de alguns países membros da CEDEAO, como é o caso do Senegal, que há várias décadas tem manifestado interesses económicos na RGB, e que via no reforço da sua presença na RGB uma via para a solução da rebelião que está a ser levado a cabo por naturais da região de Casamança, o que vem comprometer a estabilidade política naquela zona fronteiriça da RGB.

Assim, no dia 12 de Abril de 2012, os militares levaram a cabo o golpe de Estado, interrompendo, desse modo, o processo eleitoral em curso, alegando que este acto era uma antecipação de um eminente ataque da MISSANG para aniquilar as forças armadas da RGB. Alegou-se que Carlos Gomes Jr. havia enviado uma carta secreta ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao Secretário-Geral das Nações Ban Ki-Moon, solicitando a intervenção internacional.

Na sequência do golpe de Estado, a 12 de Abril, os dois grandes intervenientes na busca de soluções para o retorno da ordem constitucional que vigorava antes do golpe, tiveram a seguinte reacção:

A CPLP, após uma reunião, em Lisboa, instou ao retorno do Presidente Interino, Dr. Raimundo Pereira e, consequentemente, à devolução do poder ao PAIGC e à realização da 2.^a volta das eleições presidenciais antecipadas.

Quanto à CEDEAO, após ter mantido o primeiro contacto com Comando Militar (os golpistas), exigiu a reposição imediata da ordem constitucional e democrática sem, no entanto, explicitar se esta passaria necessariamente pela normalidade constitucional que vigorava antes do golpe.

A CEDEAO foi mandatada pelas Nações Unidas e pela União Africana, para encontrar soluções viáveis para a resolução do golpe de Estado na Guiné-Bissau, para banir os desígnios angolanos no terreno, na cimeira que teve como o palco a capital senegalesa, Dakar, no dia 3 de Maio, de uma forma unilateral, prescindindo do seu conceito *proclamado no seu próprio protocolo sobre a democracia e boa governação de “tolerância zero” a quem tentar alcançar o poder por vias institucionais*. Legitimou, deste modo, o golpe de estado, consequentemente nomeando um Presidente interino de Transição na pessoa do primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) e primeiro vice-presidente do parlamento da CEDEAO, Serifo Nhamadjo, e o Eng.º Rui Duarte de Barros, ex-Ministro das Finanças do ex-Presidente Koumba Yala. Tudo isto foi feito à margem da Constituição da República, mesmo após a resolução 2048 do CSNU, apoiada pela maioria esmagadora dos membros do CSNU e por todos os países lusófonos, mormente o Brasil e Portugal.

CONCLUSÃO

Após um diagnóstico e uma análise sucinta dos problemas que enfermam as FA e obstaculizam a sua modernização, o seu efectivo controlo democrático e, consequentemente, o desenvolvimento do País, chegamos à conclusão que apresentamos de seguida.

A RSS tem sido e continua a ser uma necessidade imperiosa para a estabilidade política da Guiné-Bissau, bem como para o seu desenvolvimento económico e social. Para tal, é imprescindível que os Guineenses estejam realmente interessados em empreender dinâmicas com vista a facilitar a prossecução da mesma sem sobressaltos.

Para se evitar todo este clima de animosidade instalado, é premente que a Comunidade Internacional lidere o processo da RSS, criando, sobre a égide da ONU, uma força multinacional no âmbito de *peace-building*, para ajudar as autoridades guineenses na implementação da RSS. Desse modo, poderia, eventualmente, evitar que os seus detratores pensassem que, esta sirva para projectar o país numa neocolonização ou para proteger os interesses de um determinado grupo de pessoas, ou ainda de um Estado em concreto. Consideramos que esta será a melhor solução para a RGB, pois ficou bem patente que nenhum país sozinho consegue levar a cabo as reformas de que o país necessita, mesmo tendo boas intenções. Na verdade, os

interesses nacionais podem-se esbater com interesses subjacentes e geoestratégicos de diferentes autores que operam dentro e fora do país.

Urge envolver todas as forças vivas da nação, começando pelas forças políticas, as organizações da sociedade civil (Sindicatos e ONGs), principalmente, o maior partido na oposição, o PRS, sendo que a esmagadora maioria dos oficiais e subalternos predominante nas fileiras das FA guineense, pertencem à etnia balanta. Sendo seus “patrícios”, torna-se mais fácil e viável ter um diálogo mais abrangente entre eles, com vista a persuadi-los de que o alvo da reforma não visa somente mandar “os balantas para casa”, mas sim, é um dos suportes para estabilidade e o desenvolvimento do país. Para que isso tenha lugar, uma vez que o país está atravessar o período de transição após o golpe de Estado de 12 de Abril, aproveitava-se esta situação para formação de um Governo de Transição, cuja liderança deve-se basear nos resultados das últimas eleições. Assim, permitirá a materialização mais eficaz da RSS na Guiné-Bissau;